

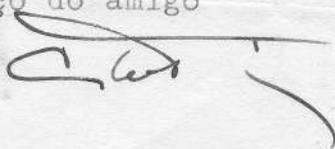
Meu caro Wadley

Ai vai a tradução do artigo
sobre "Barreiras à Educação ..." Peço-
lhe para:

- Rever a tradução
- Conferir as citações bibliograficas
- Obter e enviar-nos autorização da
Columbia Univ. para publicação do
seu trabalho no Boletim do Centro Bra-
sileiro de Pesquisas Educacionais.

Com um fraternal
abraço do amigo

Werpens



É proibida a publicação ou transcrição
de todo ou parte deste trabalho.

UNIVERSIDADE DE COLUMBIA DA CIDADE DE NOVA YORK

1754 - Comemoração Bi-Centenária - 1954

"Conferência Bi-Centenária da Liberdade Responsável
nas Américas" Outubro 25-30-1954

Trabalho elaborado por
CHARLES WAGLEY, sôbre

BARREIRAS À EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

Este trabalho foi distribuído, pela Junta do Bi-Centenário da Universidade de Columbia, aos convidados a Conferência Bi-Centenária Latino Americana, a fim de facilitar a discussão do mesmo. A UNIVERSIDADE DE COLUMBIA reserva-se qualquer direito de publicação.

Traduzido em Outubro de 1955.

BARREIRAS À EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

Prof. Charles Wagley

Os povos das Américas descendem de povos de várias nações e do ponto de vista biológico acham-se ligados a três troncos raciais. Talvez não haja em parte alguma do mundo uma população de origem tão variada. Nossos países foram todos, sem exceção, antigas colônias de potências européias. Após alcançar independência política, essas colônias formaram no Novo Mundo vinte e uma nações soberanas, sob uma ou outra forma de governo democrático. Através

das Américas, temos apregoado o ideal da igualdade, da dignidade humana, dos direitos inalienáveis de todos os homens à justiça, à liberdade da palavra e de opinião política, à liberdade de culto e religião, à educação e à busca de conhecimentos. Todas essas idéias foram expressas na estrutura jurídica das constituições das novas nações, elaboradas no ambiente de entusiasmo e otimismo reinantes nos séculos 18 e 19, e confirmadas pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, assinada em Bogotá em 1948, anteriormente à atuação das Nações Unidas. Esses ideais constituem, ainda hoje, a motivação de nossa política; entretanto o conceito de igualdade de direitos sociais, econômicos e políticos para todos os homens no Novo Mundo permanece um ideal, apenas em parte realizado. Todas as nações lutaram por esse ideal, segundo sua cultura própria e suas tradições históricas; por outro lado, todas, por sua vez, encontraram barreiras erguidas por essas mesmas tradições culturais e históricas.

Das diversas formações raciais e culturais dos povos das Américas surgiu um forte impecilho aos ideais de igualdade de oportunidades para todos os homens - o preconceito e a discriminação raciais. Das diferenças entre os homens, baseadas na condição social e econômica do indivíduo ao nascer, originou-se nova barreira - a limitação de oportunidades em razão da classe sócio-econômica. Essas duas barreiras à liberdade no seu sentido mais amplo, têm-se manifestado, com maior ou menor intensidade e de várias maneiras, nas diversas nações das Américas. São fatores existentes desde 1500 e que vêm entravando a plena realização do ideal americano. Neste trabalho pretendo discutir a maneira pela qual essas barreiras impediram a plena realização dos direitos inalienáveis de todos os homens à educação e à busca do saber, o que não constitui senão um dos aspectos importantes do grande ideal americano, de democracia social, econômica e política. Adotamos aqui o

ponto de vista de que nas nações americanas a que chamamos de América Latina, a classe sócio-econômica constituiu um obstáculo mais difícil de se transpor do que o preconceito e a discriminação raciais, ao passo que na região das Américas que poderíamos chamar de Anglo-Americana, são exatamente o preconceito e a discriminação raciais que oferecem maiores dificuldades. Afirma-se que em grandes regiões da América Latina, as classes feudais mantiveram-se entrincheiradas até o século 20, principalmente por causa da falta de industrialização e da permanência da base econômica, agrária da sociedade. Na Anglo-América, por outro lado, a grande maioria da classe média - herança do maior impacto da revolução industrial - determi-

nou um tipo diferente de estratificação sócio-econômica, em que a mobilidade vertical, social e econômica verificou-se mais rapidamente que na América Latina.

Essa diferença entre as duas Américas decorre da diferença de nossas tradições européias, da divergência de culturas aborígenes que encontramos no Novo Mundo, e do processo histórico, na forma em que evoluiu em nossas diferentes esferas. No século 16, quando os espanhóis, os portugueses, os franceses, os holandeses, e os ingleses chegaram às Américas, encontraram êsses continentes habitados por índios americanos, cuja cultura variava da de simples caçadores da Terra do Fogo e do Planalto da Grande Bacia da América do Norte à das complexas civilizações da Meso-América e da América do Sul Andina. Nestas últimas regiões, onde era densa a população, o europeu pôde explorar o trabalho de milhões de índios. Nas regiões americanas de população relativamente esparsa, os índios foram rapidamente dizimados e até mesmo exterminados pelas epidemias importadas, pela guerra e pela escravidão. Em consequência, nessas regiões, os europeus buscaram alhures os braços de que necessitavam no Novo Mundo - ou, como aconteceu nas colônias inglesas do Norte, trabalhavam para si próprios. Todas as potências européias que possuíam colônias no Novo Mundo e, mais tarde, as próprias nações americanas, foram culpadas do tráfico de escravos que trouxe para as Américas milhões de negros da África Ocidental para trabalharem nas plantações, nas minas, e nas próprias casas dos colonizadores europeus.

Dessas diferenças da população aborígene e do tráfico de escravos resultaram as diferenças regionais na composição racial da população do Novo Mundo. De certo modo surgiram três "Américas" : a do Indo-América, onde uma minoria de europeus dominou uma multidão de índios; a Afro-América, em que os europeus eram frequentemente menos numerosos do que seus escravos negros; e a Euro-América, onde o índio desapareceu (muito embora deixasse certa herança cultural e genética). Os escravos negros eram poucos, e os europeus predominavam tanto em número como em contribuição cultural.

Pode-se acrescentar que as diferenças das culturas européias introduzidas nas Américas contribuíram para a formação de barreiras diversas à realização do nosso ideal americano. A América Latina tem uma formação essencialmente ibérica e uma tradição fundamentalmente católica. A Anglo-América é de tradição norte-européia e predominantemente protestante. A Europa Setentrional foi o teatro da Reforma e o berço da burguesia; nos séculos 17 e 18 o novel capitalismo concentrou-se na Europa Ocidental. Os países ibéricos foram mais conservadores - mantiveram a tradicional estrutura feudal de classes, e o Catolicismo sobreviveu como poder religioso e secular. Em lugar de presenciarem uma revolta protestante, a Espanha e Portugal foram o teatro da Inquisição. E, por volta do século 16, os povos ibéricos já se haviam acostumado a pessoas de diferentes culturas e de tipos raciais diversos; tanto os espanhóis como os portugueses não só lutaram durante séculos com os Mouros como também com eles viveram e aprenderam.

Essa experiência, como assinala Gilberto Freyre, (1) impediu que os portugueses do Brasil olhassem com desprezo as pessoas de pele escura, e contribuiu para o moderno conceito latino-americano de igualdade humana.

Tendo por base tradições européias distintas e encontrando culturas aborígenes diversas, as duas esferas das Américas desenvolveram-se, no Novo Mundo, de maneira diferente. As sociedades coloniais da América Latina foram, desde o início, sociedades de casta (2). Surgiram da dominação do índio e do negro pelas minorias européias. Entretanto, a miscigenação quase imediata entre indivíduos das duas "castas" produziu nas colônias ibéricas grupos de mulatos e mestiços que ocuparam uma posição social intermediária entre os senhores europeus e os servos indígenas ou escravos negros. No Brasil, os portugueses acharam atraentes as mulheres indígenas e dessas uniões surgiram os mamelucos, que tanta importância tiveram nas primitivas eras coloniais brasileiras. Mais tarde, a classe cada vez mais numerosa dos mulatos foi uma prova da atração que as escravas exerciam sobre os seus senhores europeus. Nas colônias espanholas, o processo agora conhecido como mestiçagem - isto é, união entre europeus e índios - foi quase instantâneo; Martins Cortez, o filho de Cortez com sua concubina indígena, a famosa "Malinche" ou "Doña Marina" foi um dos primeiros exemplos de um processo muito generalizado. Esses mulatos, mamelucos, mestiços ou fôsse qual fôsse o termo por que eram localmente designados, geralmente se identificavam com a "casta" européia dominante; eram, porém, por sua vez, considerados inferiores aos europeus natos e aos colônias

zadores nascidos na Europa. Pouco a pouco, à medida em que novos grupos surgiam na sociedade da América Latina, as "castas" originais, que a princípio eram raciais, (i.e. de composição caucasóide-européia e indo-negra), transformaram-se em duas classes ^{sociais} constituídas, de um lado, pelos proprietários rurais descendentes dos colonizadores europeus e, de outro, pelos aborígenes e os trabalhadores escravos.

De um modo geral, êsse sistema de classes latino americano não se baseou apenas na raça, considerada biologicamente. Em quase todos os países da América Latina houve no passado - e existem hoje - indivíduos pertencentes às mais altas camadas econômicas e sociais, que possuem antepassados índios ou negros. Mesmo assim não se pode dizer que a raça não tenha constituído um fator determinante na formação de classes; na sociedade colonial o índio e o negro, formaram a camada social mais baixa. E ainda hoje as características físicas do índio e do negro continuam a representar símbolos de descendência de escravos e peões. Na América Latina, porém, a aparência racial foi apenas um dos fatores que asseguravam ao indivíduo sua participação em uma classe sócio-econômica - a educação, a renda, a ocupação e as relações de família tiveram igual importância. Inúmeros são os casos que se podem citar de mestiços ou mulatos que se elevaram a altas posições na América Latina devido à educação superior, a grandes rendas, e mesmo a relações de família, através de seus pais europeus. Grupos inteiros de descendentes de índios e negros subiram na escala social através do aprimoramento da educação. Pode-se dizer, portanto, que, na sociedade latino americana, a raça nunca constituiu uma barreira intransponível para o progresso econômico e social. Toda vez que pessoas de descendência não caucasóide subiram na escala social, transferiram-se para uma classe mais alta, constituída, predominantemente, por brancos de descendência européia - não galgaram simplesmente um degráu dentro de uma "casta" de pessoas de cor.

Na América Latina, porém, as classes sócio-econômicas têm resistido à mudança e, em muitos de seus países ainda hoje persiste um sistema de classes feudal que pouco difere dos tempos coloniais. No século 19 a maioria dos países da

América Latina eram dominados por um pequeno grupo aristocrático de proprietários rurais que controlavam o governo e a vida econômica do país. Essa "gente de boa família" formava um grupo fechado de pessoas que se casavam entre si e lutavam pelo poderio político e econômico. Como já foi dito acima, eram, em grande parte, descendentes de europeus enquanto "o povo" era constituído, em maior ou menor grau, de uma inter-mestiagem de antepassados índios e negros. De maneira geral, a classe média na América Latina custou a constituir-se (3) Aqueles que, apesar de sua descendência racial, conseguiram elevar-se à classe aristocrática foram cedo assimilados, através do casamento e da auto-identificação, pelas ideologias da classe dominante. Todavia, a mobilidade vertical tem sido difícil. Os índios e negros, por serem pobres, não têm podido mandar-seus filhos à escola, mesmo quando existem escolas públicas e a classe alta dominante, raramente reconheceu, no passado, a necessidade de fornecer escolas às massas populares. Sem educação, o povo da classe mais baixa continua a executar trabalhos braçais que, na América Latina sempre foi trabalho de escravos e peões e que continua a constituir um símbolo de baixa posição social. O trabalho braçal tem sido mal remunerado, e deste modo, o povo continua pobre e sem acesso à educação. Embora ideológica e teoricamente a possibilidade de mobilidade de vertical, social e econômica se tenha estendido a todos, sem distinção de cor, a rigidez do sistema de classes da América Latina tem, na realidade, negado à maior parte da população latino americana a oportunidade de evolução educacional e econômica. A discriminação baseada nas diferenças de classe sócio-econômicas contribuiu em quase toda a América Latina para impedir a realização do ideal americano.

Na Anglo-América, principalmente nos Estados Unidos, o processo de diferenciação sócio-econômica dos indivíduos foi diferente. Como aconteceu nas planícies da América do Sul e nas Antilhas, a população aborígine era relativamente esparsa em comparação com a dos países de regiões montanhosas. Os índios americanos não eram bastante numerosos para fornecerem mão de obra regular e eficiente. Cedo foram exterminados ou

C. B. A. M.
(C. B. P. E.)

expulsos para as regiões mais inacessíveis do país. No sul do que hoje constitui os Estados Unidos, importaram-se africanos para trabalhar nas fazendas. Gilberto Freyre salientou a semelhança do modo de vida que se desenvolveu nas fazendas do Sul dos Estados Unidos com o das fazendas do Norte do Brasil. (4)

O sistema de fazendas, tal como se desenvolveu no Novo Mundo, criou semelhanças que, nos séculos 17 e 18 uniram as Américas. Mas, como demonstrou Frank Tannenbaum em seu brilhante livro "Slave or Citizen": The Negro in the Americas" (Escravo ou Cidadão: o Negro das Américas) (5), houve uma diferença real entre o conceito de escravidão da Anglo-América e o da América Latina. Nesta última, segundo ele salienta, o escravo tinha um estado civil, decorrente talvez dos antigos padrões de escravidão das culturas mediterrâneas, que lhe dava perante a lei uma situação de homem e lhe garantia o direito legal de manumissão. Além disso, nesses países católicos, a igreja pregava que "... o escravo e o patrão são iguais aos olhos de Deus. Sejam quais forem as relações formais entre escravo e patrão, devem eles reconhecer suas relações um para com o outro como as de criaturas morais, irmãs em Cristo". (6) A igreja católica insistia com os senhores para que ensinassem a seus escravos a doutrina cristã, para que os conduzissem à igreja para receberem a comunhão, e às vezes também, para que os batizassem antes de os embarcarem nos navios de escravos procedentes da África. Por outro lado, nas Índias Ocidentais e nos Estados Unidos, países protestantes, houve resistência à tentativa de cristianização dos escravos, bem como antagonismo entre os senhores de escravos pelas atividades dos missionários catequistas, de medo que sua conversão prejudicasse os direitos do senhor sobre seus escravos. (7) Além disso, o negro, como escravo, não tinha direitos civis; na Anglo-América ele se parecia mais com uma parte da propriedade que se comprava ou vendia, e de que o dono dispunha sem qualquer interferência da igreja ou do estado.

Na América Latina, a escravidão terminou pacificamente. Naquele tempo, inúmeros mulatos e negros libertos já participavam da vida nacional. Na América do Norte, o fim da escravidão, porém, foi desastroso, violento e repentino, e se

guido pelos nefastos processos da reconstrução, no Sul. Na Anglo-América não preexistia qualquer mecanismo legal que permitisse ao escravo ocupar seu lugar de cidadão e se integrar em uma sociedade nacional. O resultado foi, como todos sabemos, a criação de uma sociedade dual ou sistema semelhante ao de "castas". Entre as duas castas, isto é, a dos brancos e a dos descendentes negros, o casamento é proibido pelo costume e, em muitos estados, por lei. Principalmente no sul dos Estados Unidos e, em menor escala, na parte setentrional do país e nas possessões britânicas, a segregação das duas castas de brancos e negros, nas escolas, nos transportes públicos, nas moradias e em outros aspectos da vida normal, tornou-se a regra e até mesmo lei. Poucas pessoas conseguem ou desejam --- transferir-se da casta dos negros para a casta "superior" dos brancos e quando o fazem é de forma sorrateira.

Na Anglo-América todavia, ofereceu-se aos membros das duas castas a oportunidade de melhorar seu padrão educacional. As oportunidades e facilidades de educação que se ofereceram à casta dos negros, foram, naturalmente inferiores às oferecidas à casta "superior" dos brancos. Ainda assim, um grande número de negros conseguiu melhorar sua situação educacional, social e material.

Paradoxalmente, talvez um maior número de pessoas de cor tenha tido oportunidade de adquirir educação superior nos Estados Unidos do que na América Latina e, se se dispusesse de estatísticas estas revelariam um índice mais elevado de alfabetização entre os negros dos Estados Unidos do que entre os do Brasil. Contudo, quando os negros ou os descendentes de negros melhoram seu padrão educacional e se elevam a uma alta posição social e econômica nos Estados Unidos, fazem-no dentro da própria sociedade ou casta negra. Nos Estados Unidos a raça não é uma barreira intransponível às oportunidades de educação, e é porém uma sólida barreira à ascensão à casta branca dominante; e as facilidades de educação oferecidas à casta negra têm sido sempre em menor número e de qualidade inferior às que se concedem aos brancos.

⁵
Ape⁵zar dêsse sistema racial, a Anglo-América criou um sistema sócio-econômico de classes mais maleável do que a América Latina. Nos Estados Unidos têm sido frequente e relativamente fácil a mobilidade vertical, social e econômica. Paralelamente a seu sistema racial de castas, os Estados Unidos têm alimentado o ideal de que "todos os homens são iguais" e fez da história da "Cabana de Madeira para a Casa Branca", que sugere a extensão de oportunidades iguais para todos, apesar das diferenças de posição social e econômica, um mito nacional. Este paradoxo foi denominado por Gunnar Myrdal, em sua brilhante análise das relações raciais nos Estados Unidos, o "Dilema Americano". Nesse livro diz êle: "O negro da América (i.e. dos Estados Unidos) não possui os direitos civis e políticos elementares da democracia formal, inclusive uma oportunidade mínima para ganhar a vida, sobre a qual já se chegou a um acordo geral na época em que primeiro tomou forma o Credo Americano. Esse anacronismo constitui o problema atual tanto de brancos como de negros" (8).

Esse sistema racial de castas torna-se ainda mais anacrônico quando se considera que os Estados Unidos, em comparação com a maioria das nações da América Latina, é hoje uma sociedade de classes sócio-econômicas vagamente definidas. Os cientistas sociais têm lutado para conseguir delinear e definir a hierarquia das classes sociais e econômicas nos Estados Unidos. A tentativa mais audaciosa, empreendida por M.Lloyd Warner e seus associados, advoga um sistema europeu tradicional de classes: baixa, média e alta - cada qual subdividida por sua vez em classe mais baixa e mais alta. (9). É verdade que uma vez esclarecidas sobre os critérios utilizados pelos cientistas sociais para estabelecer esse "sistema de classes", podem as pessoas se classificar e classificar os demais na devida categoria; esse sistema, entretanto, é artificial - um artifício do cientista social imposto a uma sociedade para fins de análises de estratificação social e econômica. As classes sócio-econômicas da América do Norte não tem as bases legais, tradicionais de cultura e ideologia das classes sócio-econômicas da América Latina.

Isto não significa que não exista estratificação social nos Estados Unidos. O "sistema de classes liberal", como foi denominado, sem qualquer limite claro e bem definido entre as classes, talvez resulte em maior intensificação da estratificação do que acontece nas sociedades de classes socio-econômicas mais claramente definidas. Cada família, cada indivíduo, luta por uma posição social e econômica. Os estudos de comunidade, norte-americanas demonstraram que os indivíduos são extremamente sensíveis à posição social relativa, muito embora neguem a existência de qualquer sistema de discriminação social (10). Certamente ainda existem em algumas comunidades dos Estados Unidos, remanescentes de uma elite, como os "Boston Brahmins" ou os "Tidewater Aristocrats" da Virginia. Representam eles, porém, pequenos segmentos de todo o universo social. A maioria dos americanos do norte afirmará pertencer à "classe média" ou, na expressão da gente de Plainville, Estados Unidos da América: "gente normal, trabalhadora, boa, honesta e digna" (11). Mesmo nas classes trabalhadoras a maioria dos indivíduos deseja pertencer à "classe média". A completa industrialização produziu uma sociedade na qual a classe média é superior em número às elites sociais e econômicas ou ao proletariado menos privilegiado.

Assim, no princípio do século 20, o preconceito e a discriminação raciais constituíam uma séria barreira à educação nos Estados Unidos (12); enquanto na América Latina um enraizado sistema feudal, sócio-econômico e de classes produzia, praticamente, o mesmo resultado. Encarando-se, entretanto, a situação pelo lado positivo, a América Latina, no século 20 com um conceito de relações entre homens de diversos troncos raciais, do qual o mundo muito tem que aprender; e os Estados Unidos com o seu conceito de uma "sociedade sem classes" também ofereceram um verdadeiro exemplo. Nestes últimos anos, cada região se tem esforçado para superar suas respectivas barreiras à igualdade de oportunidades para todos. Os últimos anos têm testemunhado o desaparecimento gradativo das diferenças feudais de classe em muitas regiões da América Latina, e a discriminação e segregação têm, certamente, melhorado nos Estados Unidos.

Essa tendência sadia pode, talvez, ser mais facilmente notada no campo da educação pública. Na América do Norte, ao fim da escravatura, apenas uma pequena proporção de negros ~~na América do Norte~~ era alfabetizada. (13) Em 1900, os negros possuíam o mais baixo nível de educação de todos os grupos dos Estados Unidos. As raras escolas que lhes eram destinadas no Sul eram pobres e inadequadas. Somente através da migração para o Norte puderam os negros encontrar oportunidades de educação semelhantes às que se ofereciam aos brancos e mesmo assim estavam sujeitos a se isolarem em bairros residenciais extremamente segregados, como o de Harlem, onde as escolas eram mais superlotadas e geralmente inferiores às dos demais bairros da mesma cidade. As oportunidades educacionais oferecidas aos negros, especialmente no Sul dos Estados Unidos, são ainda hoje inferiores às proporcionadas aos brancos, entretanto, nas duas últimas décadas tem-se verificado um rápido progresso. Instituições particulares e organizações públicas têm oferecido melhores oportunidades educacionais aos negros, e a expansão de universidades famosas, como as de Howard, Fisk, Atlanta, Dillard e outras a êles destinadas, é uma prova do melhoramento das oportunidades de educação oferecidas aos negros bem como da existência, entre êles, de um grupo educado. Além disso, a crescente migração dos negros para o norte do país onde frequentam livremente as escolas primárias, secundárias e as universidades em que não há segregação, tem aumentado notavelmente o padrão educacional da raça negra nos Estados Unidos. A segregação racial, entretanto, continua a constituir uma séria barreira às oportunidades educacionais para uma grande parte da população americana.

Verdadeiro progresso, entretanto, tem sido alcançado no combate ao sistema de discriminação racial na educação. Em primeiro lugar, de acôrdo com a regra "separado, porém, igual", decorrente de uma decisão da Côrte Suprema em fins do século 19, os negros ganharam uma série de casos relativos ao seu direito de frequentar as universidades públicas no Sul. "Como resultado... existem atualmente no sul do país milhares de negros que frequentam instituições de en

sino superior, sem segregação racial, custeadas pelo Estado, quando, há mais ou menos dez anos atrás, não havia uma só" (14). E quando os negros valeram-se de seus direitos civis e cursaram essas universidades não se registraram "tumultos" ou mesmo os conflitos previstos pelos que advogam a segregação. De um modo geral, as relações entre os estudantes negros e os brancos foram, pelo contrário, pacíficas e sem sombra de rixas. O desaparecimento gradativo da segregação na educação não está sendo acompanhada de violência e derramamento de sangue, como o temiam certos segmentos da população. E, finalmente, a recente decisão da Corte Suprema, que declarou inconstitucional a segregação racial nas escolas de todos os níveis de ensino, foi um grande passo na obra de destruição das barreiras raciais à educação nos Estados Unidos. Diversas cidades, e mesmo estados inteiros, onde a segregação imperava nas escolas, já se movimentaram no sentido de estabelecer sistemas de escolas sem segregação (o Distrito Federal é um dos principais exemplos). Nos últimos vinte anos os Estados Unidos têm feito grande progresso no sentido de destruir essa tremenda barreira à realização do ideal americano de igual oportunidade para todos. (15).

Os efeitos do sistema latino americano sócio-econômico de classes sôbre o nível da educação de seu povo, e como uma barreira à igualdade de oportunidades de educação, já são mais difíceis de se julgar. As estatísticas de alfabetização e frequência escolar não são nunca fornecidas por categorias de classes sócio-econômicas. Em vez disso, o nível de educação do indivíduo é que constitui um dos fatores pelos quais êle é classificado em uma ou outra classe social. Entretanto, o alto grau de analfabetismo da população da maioria das nações latino americanas no princípio dêste século (e mesmo hoje) é uma prova de que a massa do povo não teve acesso às facilidades educacionais. Sabe-se perfeitamente que as classes mais baixas - em que as pessoas executam trabalho braçal - eram essencialmente analfabetas e que os filhos e filhas dos senhores de terra e dos que a-

braçaram carreiras profissionais podiam adquirir, geralmente com seus próprios recursos, educação primária, secundária e mesmo universitária. As universidades foram criadas na América Latina, mais cedo ainda do que na Anglo-América, entretanto, até mui recentemente, assim como nas escolas secundárias, serviram, sobretudo, aos membros de uma classe econômica social e politicamente dominante. A frequência dessas escolas nunca foi vedada às outras classes, porém os filhos e filhas de um peão indígena ou de um escravo negro recém-libertado raramente podiam preencher os requisitos de admissão ou encontrar o tempo livre, em meio às atividades com que ganhavam o seu sustento, que o estudo superior requeria. Assim como nos Estados Unidos raro era o indivíduo da casta negra que conseguia vencer a barreira racial e adquirir educação superior, também na América Latina foram poucos os que puderam romper as barreiras sociais e econômicas que os afastaram do ensino superior.

Recentemente, entretanto, grande progresso foi alcançado em muitas nações latino americanas, no sentido de estender as facilidades educacionais às camadas sociais e econômicas mais baixas. A expansão dos transportes, da agricultura moderna, da indústria e do comércio, melhorou as condições econômicas de uma grande parte da população de várias regiões. É quase um truismo afirmar-se que uma vez conquistada a "Libertação da Necessidade" o povo quer também o "Direito à Educação". Nos países como o México, onde os índios são numerosos, tem havido grande preocupação em se estender as facilidades educacionais a essa parcela da população que, até aqui, vivera à margem da principal artéria da vida nacional. Durante as duas últimas décadas, nos países, como o Brasil, onde a população cresce vertiginosamente, e as transformações econômicas se sucedem com rapidez, a necessidade de educação em todos os níveis tem sido muito maior do que as facilidades que se têm oferecido. Conquanto nestes dez anos as escolas tenham aumentado em mais de um terço no Brasil, ainda não correspondem à necessidade. E de ano para ano, um número maior de estudantes, com os necessários requisitos e-

educacionais tenta ingressar nas universidades e nas escolas técnicas e profissionais.

À medida que surge no Brasil uma classe média sócio-econômica, os que nela se integram buscam educação para seus filhos, e a educação, ela própria, vai recrutando novos membros para o grupo. Este tem crescido mais rapidamente do que as facilidades educacionais postas ao seu dispor por governos esclarecidos e organizações particulares. Há falta de elementos com formação adequada para servirem de professores, e a despesa que acarreta o estabelecimento de todo um sistema educacional para um grupo tão numeroso, é enorme. E a medida que vão desaparecendo as velhas divisões de classes, surge também o problema da substituição de um programa e política educacionais que já satisfizeram as exigências de uma elite social e econômica relativamente pequena, por outros que atendam às necessidades da grande massa do povo. A maioria dos educadores brasileiros concorda em que existe uma "crise educacional" no Brasil. Num esforço supremo para proporcionar facilidades educacionais adequadas a uma população crescente e aos que agora já podem mandar seus filhos à escola, e a fim de reformar os programas e diretrizes educacionais de forma a adaptá-los às condições atuais, o governo brasileiro instituiu duas campanhas educacionais dotadas de verbas generosas e com poderes especiais. Uma delas destina-se a pesquisar e melhorar a educa-

~~ção.~~ Uma delas destina-se a pesquisar e melhorar a educação primária e secundária, e a outra a estimular o desenvolvimento da educação superior, contratando-se professores estrangeiros, concedendo bolsas de estudos a professores e estudantes brasileiros para estudarem no estrangeiro, e prestando auxílio financeiro para pesquisas, para o ensino e outras reivindicações das universidades brasileiras. (16) O Brasil é, provavelmente, um exemplo típico da crise educacional que se verifica atualmente em outros países da América Latina em consequência da melhoria das condições econômicas, da destruição de obstáculos criados pelo sistema sócio-econômico feudal de classes à educação e do crescimento de uma nova classe média.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brazil : An Interpretation (New York, 1945) e The Masters and The Slaves (New York, 1946, traduzido por Samuel Putnam - "Casa Grande e Senzala")
2. O termo "casta" tem aqui o sentido que lhe emprestam os sociólogos, para indicar um grupo endógamo e hereditário como as "castas" branca e negra dos Estados Unidos. (c.f. Gunnar Myrdal, An American Dilemma (New York, 1944) e John Dollard, Caste and Class in a Southern Town (New Haven, 1937). As "castas" raciais como as que predominam na América do Norte e como as que surgiram na América Latina colonial não são idênticas às que existem na Índia; talvez seja preferível a expressão "tipo de casta".
3. C.f.T.R. Crevena, ed., Materiales para el Estudio de la Clase en America Latina (Washington, Pan -American Union, 1950) , 5 vls. Ainda Ralph Beals, "Social Stratification in Latin America", American Journal of Sociology, Vol. LVIII, nº 4 (1953) pp.329-338.
4. Brazil: An Interpretation, op. cit.
5. New York, 1947
6. Tannenbaum, op. cit. p. 63
7. Veja Maurice Davie, The American Negro (New York, 1949), p: 176. Em Family and Colour in Jamaica (London, 1953), Fernando Henriques escreve: A Cristandade, que podia ter originado o casamento monógamo, não foi bem aceita pelos escravos. Apesar da Lei do Escravo, promulgada pela Jamaica em 1793, estipular que os senhores deveriam proporcionar instrução religiosa para seus escravos e providenciar para que fossem batizados, o estado de coisas não se modificou. Pesava na consciência dos fazendeiros o fato de possuírem escravos cristãos , pg. 26).
8. Myrdal, op.cit., p. 24
9. C.F.W.L. Warner, M. Meeker and K. Fells, Social Class in America (Chicago), 1949)
10. C.F. James West, Plainville, U.S.A. (New York, 1945).
11. Ibid, p. 118.
12. O efeito que a discriminação e o preconceito raciais produziram no Negro foi aqui acentuada devido a sua grande importância para a nação; conquanto em menor proporção o preconceito e a discriminação raciais também afetem outros grupos de "minorias de cor" como os Mexicanos do Sudoeste, Os Porto Riquenhos de Nova York, e os Orientais da Costa Ocidental. Do mesmo modo, foi aqui acentuada a questão do acesso a educação pública; mas, naturalmente, tanto a estrutura de classes da América Latina como a discriminação e o preconceito raciais nos Estados Unidos prejudicam outros direitos do homem, como a igualdade de oportunidades econômicas, a expressão política

e até mesmo a liberdade de palavra.

13. Myrdal op. cit., p. 887 e as notas ao pé da página
14. Monroe Berger, Racial Equality and the Law (Paris, UNESCO, 1954), p.30.
15. Veja Harry S. Ashmore, The Negro and the Schools (Chapel Hill, 1954) a respeito de uma discussão recente sobre os antecedentes da educação do negro nos E.U. e os progressos recentes obtidos no combate a segregação.
16. Esses programas são conhecidos, respectivamente, como CILEME, que visa a reforma da educação primária e secundária, e CAPES, órgão responsável pelo desenvolvimento da educação de nível superior. Ambas tem como diretor o educador brasileiro, Dr. Anísio Teixeira.

UNIVERSIDADE DE COLUMBIA DA CIDADE DE NOVA YORK

1754 - Comemoração Bi-Centenária - 1954

"Conferência Bi-Centenária da Liberdade Responsável
nas Américas" Outubro 25-30-1954

Trabalho elaborado por
CHARLES WAGLEY, sôbre

BARREIRAS À EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

Este trabalho foi distribuído, pela Junta do Bi-Centenário da Universidade de Columbia, aos convidados à Conferência Bi-Centenária Latino Americana, a fim de facilitar a discussão do mesmo. A UNIVERSIDADE DE COLUMBIA reserva-se qual quer direito de publicação.

BARREIRAS À EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

Prof. Charles Wagley

Os povos das Américas descendem de povos de várias nações e do ponto de vista biológico acham-se ligados a três troncos raciais. Talvez não haja em parte alguma do mundo uma população de origem tão variada. Nossos países foram todos, sem exceção, antigas colônias de potências européias. Após alcançar independência política, essas colônias formaram no Novo Mundo vinte e uma nações soberanas, sob uma ou outra forma de governo democrático. Através das Américas, temos apregoadado o ideal da igualdade, da dignidade humana, dos direitos inalienáveis de todos os homens à justiça, à liberdade de palavra e de opinião política, à liberdade de culto e religião, à educação e à busca de conhecimentos. Todas essas idéias foram expressas na estrutura jurídica das constituições das novas nações, elaboradas no ambiente de entusiasmo e otimismo reinantes nos séculos 18 e 19, e confirmadas pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, assinada em Bogotá em 1948, anteriormente à atuação das Nações Unidas. Esses ideais constituem, ainda hoje, a motivação de nossa política; entretanto o conceito de igualdade de direitos sociais, econômicos e políticos para todos os homens no Novo Mundo permanece um ideal, apenas em parte realizado. Todas as nações lutaram por esse ideal, segundo sua cultura própria e suas tradições históricas; por outro lado, todas, por sua vez, encontraram barreiras erguidas por essas mesmas tradições culturais e históricas.

Das diversas formações raciais e culturais dos povos das Américas surgiu um forte impecilho aos ideais de igual

dade de oportunidades para todos os homens - o preconceito e a discriminação raciais. Das diferenças entre os homens, baseadas na condição social e econômica do indivíduo ao nascer, originou-se nova barreira - a limitação de oportunidades em razão da classe sócio-econômica. Essas duas barreiras à liberdade no seu sentido mais amplo, têm-se manifestado, com maior ou menor intensidade e de várias maneiras, nas diversas nações das Américas. São fatores existentes desde 1500 e que vêm entravando a plena realização do ideal americano. Neste trabalho pretendo discutir a maneira pela qual essas barreiras impediram a plena realização dos direitos inalienáveis de todos os homens à educação e à busca do saber, o que não constitui senão um dos aspectos importantes do grande ideal americano, de democracia social, econômica e política. Adotamos aqui o ponto de vista de que nas nações americanas a que chamamos de América Latina, a classe sócio-econômica constituiu um obstáculo mais difícil de se transpor do que o preconceito e a discriminação raciais, ao passo que na região das Américas que poderíamos chamar de Anglo-Americana, são exatamente o preconceito e a discriminação raciais que oferecem maiores dificuldades. Afirma-se que em grandes regiões da América Latina, as classes feudais mantiveram-se entrincheiradas até o século 20, principalmente por causa da falta de industrialização e da permanência da base econômica, agrária da sociedade. Na Anglo-América, por outro lado, a grande maioria da classe média - herança do maior impacto da revolução industrial - determinou um tipo diferente de estratificação sócio-econômica, em que a mobilidade vertical, social e econômica verificou-se mais rapidamente que na América Latina.

Essa diferença entre as duas Américas decorre da diferença de nossas tradições européias, da divergência de culturas aborígenes que encontramos no Novo Mundo, e do processo histórico, na forma em que evoluiu em nossas diferentes esferas. No século 16, quando os espanhóis, os portugueses, os franceses, os holandeses, e os ingleses chegaram às Américas, encontraram esses continentes habitados por índios americanos, cuja cultura

variava da de simples caçadores da Terra do Fogo e do Planalto da Grande Bacia da América do Norte à das complexas civilizações da Meso-América e da América do Sul Andina. Nestas últimas regiões, onde era densa a população, o europeu pôde explorar o trabalho de milhões de índios. Nas regiões americanas de população relativamente esparsa, os índios foram rapidamente dizimados e até mesmo exterminados pelas epidemias importadas, pela guerra e pela escravidão. Em consequência, nessas regiões, os europeus buscaram alhures os braços de que necessitavam no Novo Mundo - ou, como aconteceu nas colônias inglesas do Norte, trabalhavam para si próprios. Todas as potências européias que possuíam colônias no Novo Mundo e, mais tarde, as próprias nações americanas, foram culpadas do tráfico de escravos que trouxe para as Américas milhões de negros da África Ocidental para trabalharem nas plantações, nas minas, e nas próprias casas dos colonizadores europeus.

Dessas diferenças da população aborígene e do tráfico de escravos resultaram as diferenças regionais na composição racial da população do Novo Mundo. De certo modo surgiram três "Américas": a Indo-América, onde uma minoria de europeus dominou uma multidão de índios; a Afro-América, em que os europeus eram freqüentemente menos numerosos do que seus escravos negros; e a Euro-América, onde o índio desapareceu (muito embora deixasse certa herança cultural e genética), os escravos negros eram poucos, e os europeus predominavam tanto em número como em contribuição cultural.

Pode-se acrescentar que as diferenças das culturas européias introduzidas nas Américas contribuíram para a formação de barreiras diversas à realização do nosso ideal americano. A América Latina tem uma formação essencialmente ibérica e uma tradição fundamentalmente católica. A Anglo-América é de tradição norte-europeia e predominantemente protestante. A Europa Setentrional foi o teatro da Reforma e o berço da burguesia; nos séculos 17 e 18 o novel capitalismo concentrou-se

na Europa Ocidental. Os países ibéricos foram mais conservadores - mantiveram a tradicional estrutura feudal de classes, e o Catolicismo sobreviveu como poder religioso e secular. Em lugar de presenciarem uma revolta protestante, a Espanha e Portugal foram o teatro da Inquisição. E, por volta do século 16, os povos ibéricos já se haviam acostumado a pessoas de diferentes culturas e de tipos raciais diversos; tanto os espanhóis como os portugueses não só lutaram durante séculos com os Mouros como também com eles viveram e aprenderam. Essa experiência, como assinala Gilberto Freyre, (1) impediu que os portugueses do Brasil olhassem com desprezo as pessoas de pele escura, e contribuiu para o moderno conceito latino-americano de igualdade humana.

Tendo por base tradições européias distintas e encontrando culturas aborígenes diversas, as duas esferas das Américas desenvolveram-se, no Novo Mundo, de maneira diferente. As sociedades coloniais da América Latina foram, desde o início, sociedades de casta (2). Surgiram da dominação do índio e do negro pelas minorias européias. Entretanto, a miscigenação quase imediata entre indivíduos das duas "castas" produziu nas colônias ibéricas grupos de mulatos e mestiços que ocuparam uma posição social intermediária entre os senhores europeus e os servos indígenas ou escravos negros. No Brasil, os portugueses acharam atraentes as mulheres indígenas e dessas uniões surgiram os mamelucos, que tanta importância tiveram nas primitivas eras coloniais brasileiras. Mais tarde, a classe cada vez mais numerosa dos mulatos foi uma prova da atração que as escravas exerciam sobre os seus senhores europeus. Nas colônias espanholas, o processo agora conhecido como mesticagem - isto é, união entre europeus e índios - foi quase instantâneo; Martins Cortez, o filho de Cortez com sua concubina indígena, a famosa "Malinche" ou "Doña Marina" foi um dos primeiros exemplos de um processo muito generalizado. Esses mulatos, mamelucos, mestiços ou fosse qual fosse o termo por que eram localmente designados, geralmente se identificavam com a "casta" européia dominante; eram, porém, por sua vez, considerados inferiores aos europeus natos e aos colonizados

res nascidos na Europa. Pouco a pouco, à medida em que novos grupos surgiam na sociedade da América Latina, as "castas" originais, que a princípio eram raciais, (i.e. de composição caucasóide-européia e indo-negra), transformaram-se em duas classes sociais constituídas, de um lado, pelos proprietários rurais descendentes dos colonizadores europeus e, de outro, pelos aborígenes e os trabalhadores escravos.

De um modo geral, êsse sistema de classes latino americano não se baseou apenas na raça, considerada biologicamente. Em quase todos os países da América Latina houve no passado - e existem hoje - indivíduos pertencentes às mais altas camadas econômicas e sociais, que possuem antepassados índios ou negros. Mesmo assim não se pode dizer que a raça não tenha constituído um fator determinante na formação de classes; na sociedade colonial o índio e o negro, formaram a camada social mais baixa. E ainda hoje as características físicas do índio e do negro, continuam a representar símbolos de descendência de escravos e peões. Na América Latina, porém, a aparência racial foi apenas um dos fatores que asseguravam ao indivíduo sua participação em uma classe sócio-econômica - a educação, a renda, a ocupação e as relações de família tiveram igual importância. Inúmeros são os casos que se podem citar de mestiços ou mulatos que se elevaram a altas posições na América Latina devido à educação superior, a grandes rendas, e mesmo a relações de família, através de seus pais europeus. Grupos inteiros de descendentes de índios e negros subiram na escala social através do aprimoramento da educação. Pode-se dizer, portanto, que, na sociedade latino americana, a raça nunca constituiu uma barreira intransponível para o progresso econômico e social. Toda vez que pessoas de descendência não caucasóide subiram na escala social, transferiram-se para uma classe mais alta, constituída, predominantemente, por brancos de descendência européia - não galgaram simplesmente um degrau dentro de uma "casta" de pessoas de côr.

Na América Latina, porém, as classes sócio-econômi -

cas têm resistido à mudança e, em muitos de seus países ainda hoje persiste um sistema de classes feudal que pouco difere dos tempos coloniais. No século 19 a maioria dos países da América Latina eram dominados por um pequeno grupo aristocrático de proprietários rurais que controlavam o governo e a vida econômica do país. Essa "gente de boa família" formava um grupo fechado de pessoas que se casavam entre si e lutavam pelo poderio político e econômico. Como já foi dito acima, eram, em grande parte, descendentes de europeus enquanto "o povo" era constituído, em maior ou menor grau, de uma inter-mestiçagem de antepassados índios e negros. De maneira geral, a classe média na América Latina custou a constituir-se (3). Aquêles que, apesar de sua descendência racial, conseguiram elevar-se à classe aristocrática foram cedo assimilados, através do casamento e da auto-identificação, pelas ideologias da classe dominante. Todavia, a mobilidade vertical tem sido difícil. Os índios e negros, por serem pobres, não têm podido mandar seus filhos à escola, mesmo quando existem escolas públicas e a classe alta dominante, raramente reconheceu, no passado, a necessidade de fornecer escolas às massas populares. Sem educação, o povo da classe mais baixa continua a executar trabalhos braçais que, na América Latina sempre foi trabalho de escravos e peões e que continua a constituir um símbolo de baixa posição social. O trabalho braçal tem sido mal remunerado, e dêste modo, o povo continua pobre e sem acesso à educação. Embora ideológica e teoricamente a possibilidade de mobilidade vertical, social e econômica se tenha estendido a todos, sem distinção de cor, a rigidez do sistema de classes da América Latina tem, na realidade, negado à maior parte da população latino americana a oportunidade de evolução educacional e econômica. A discriminação baseada nas diferenças de classe sócio-econômicas, contribuiu em quase toda a América Latina para impedir a realização do ideal americano.

Na Anglo-América, principalmente nos Estados Unidos, o processo de diferenciação sócio-econômica dos indivíduos foi di

ferente. Como aconteceu nas planícies da América do Sul e nas Antilhas, a população aborígine era relativamente esparsa em comparação com a dos países de regiões montanhosas. Os índios americanos não eram bastante numerosos para fornecerem mão de obra regular e eficiente. Cedo foram exterminados ou expulsos para as regiões mais inacessíveis do país. No sul do que hoje constitui os Estados Unidos, importaram-se africanos para trabalhar nas fazendas. Gilberto Freyre salientou a semelhança do modo de vida que se desenvolveu nas fazendas do Sul dos Estados Unidos com o das fazendas do Norte do Brasil (4). O sistema de fazendas, tal como se desenvolveu no Novo Mundo, criou semelhanças que, nos séculos 17 e 18 uniram as Américas. Mas, como demonstrou Frank Tannenbaum em seu brilhante livro "Slave or Citizen": The Negro in the Américas" (Escravo ou Cidadão: o Negro das Américas) (5), houve uma diferença real entre o conceito de escravidão da Anglo-América e o da América Latina. Nesta última, segundo êle salienta, o escravo tinha um estado civil, decorrente talvez dos antigos padrões de escravidão das culturas mediterrâneas, que lhe dava perante a lei uma situação de homem e lhe garantia o direito legal de manumissão. Além disso, nesses países católicos, a igreja pregava que "... o escravo e o patrão são iguais aos olhos de Deus. Sejam quais forem as relações formais entre escravo e senhor, devem êles reconhecer suas relações um para com o outro como as de criaturas morais, irmãs em Cristo". (6) A igreja católica insistia com os senhores para que ensinassem a seus escravos a doutrina cristã, para que os conduzissem à igreja para receberem a comunhão, e às vezes também, para que os batizassem antes de os embarcarem nos navios de escravos procedentes da África. Por outro lado, nas Índias Ocidentais e nos Estados Unidos, países protestantes, houve resistência à tentativa de cristianização dos escravos, bem como antagonismo entre os senhores de escravos pelas atividades dos missionários catequistas, de medo que sua conversão prejudicasse os direitos do senhor sobre seus escravos. (7) Além disso, o negro, como escravo, não tinha direitos civis; na Anglo-América êle se parecia mais com uma parte da pro-

priedade que se comprava ou vendia, e de que o dono dispunha sem qualquer interferência da igreja ou do estado.

Na América Latina, a escravidão terminou pacificamente. Naquele tempo, inúmeros mulatos e negros libertos já participavam da vida nacional. Na América do Norte, o fim da escravidão, porém, foi desastroso, violento e repentino, e seguido pelos nefastos processos da reconstrução, no Sul. Na Anglo-América não preexistia qualquer mecanismo legal que permitisse ao escravo ocupar seu lugar de cidadão e se integrar em uma sociedade nacional. O resultado foi, como todos sabemos, a criação de uma sociedade dual ou sistema semelhante ao de "castas". Entre as duas castas, isto é, a dos brancos e a dos descendentes negros, o casamento é proibido pelo costume e, em muitos estados, por lei. Principalmente no sul dos Estados Unidos e, em menor escala, na parte setentrional do país e nas possessões britânicas, a segregação das duas castas de brancos e negros, nas escolas, nos transportes públicos, nas moradias e em outros aspectos da vida normal, tornou-se a regra e até mesmo lei. Poucas pessoas conseguem ou desejam transferir-se da casta dos negros para a casta "superior" dos brancos e quando o fazem é de forma sorrateira.

Na Anglo-América todavia, ofereceu-se aos membros das duas castas a oportunidade de melhorar seu padrão educacional. As oportunidades e facilidades de educação que se ofereciam à casta dos negros, foram, naturalmente inferiores às oferecidas à casta "superior" dos brancos. Ainda assim, um grande número de negros conseguiu melhorar sua situação educacional, social e material.

Paradoxalmente, talvez um maior número de pessoas de cor tenha tido oportunidade de adquirir educação superior nos Estados Unidos do que na América Latina e, se se dispusesse de estatísticas estas revelariam um índice mais elevado de alfabetização entre os negros dos Estados Unidos do que entre os do Brasil. Contudo, quando os negros ou os descendentes de negros

melhoram seu padrão educacional e se elevam a uma alta posição social e econômica nos Estados Unidos, fazem-no dentro da própria sociedade ou casta negra. Nos Estados Unidos a raça não é uma barreira intransponível às oportunidades de educação, é porém uma sólida barreira à ascensão à casta branca dominante; e as facilidades de educação oferecidas à casta negra têm sido sempre em menor número e de qualidade inferior às que se concedem aos brancos.

Apesar desse sistema racial, a Anglo-América criou um sistema sócio-econômico de classes mais maleável do que a América Latina. Nos Estados Unidos tem sido freqüente e relativamente fácil a mobilidade vertical, social e econômica. Paralelamente a seu sistema racial de castas, os Estados Unidos têm alimentado o ideal de que "todos os homens são iguais" e fez da história da "Cabana de Madeira para a Casa Branca", que sugere a extensão de oportunidades iguais para todos, apesar das diferenças de posição social e econômica, um mito nacional. Este paradoxo foi denominado por Gunnar Myrdal, em sua brilhante análise das relações raciais nos Estados Unidos, o "Dilema Americano". Nesse livro diz êle: "O negro da América (i.e. dos Estados Unidos) não possui os direitos civis e políticos elementares da democracia formal, inclusive uma oportunidade mínima para ganhar a vida, sobre a qual já se chegou a um acôrdo geral na época em que primeiro tomou forma o Credo Americano. Esse anacronismo constitui o problema atual tanto de brancos como de negros" (8).

Esse sistema racial de castas torna-se ainda mais anacrônico quando se considera que os Estados Unidos, em comparação com a maioria das nações da América Latina, é hoje uma sociedade de classes sócio-econômicas vagamente definidas. Os cientistas sociais têm lutado para conseguir delinear e definir a hierarquia das classes sociais e econômicas nos Estados Unidos. A tentativa mais audaciosa, empreendida por M. Lloyd Warner e seus associados, advoga um sistema europeu tradicio-

nal de classes: baixa, média e alta - cada qual subdividida por sua vez em classe mais baixa e mais alta (9). É verdade que uma vez esclarecidas sôbre os critérios utilizados pelos cientistas sociais para estabelecer êsse "sistema de classes", podem as pessoas se classificar e classificar os demais na devida categoria; êsse sistema, entretanto, é artificial - um artifício do cientista social impôsto a uma sociedade para fins de análises de estratificação social e econômica. As classes sócio-econômicas da América do Norte não tem as bases legais, tradicionais de cultura e ideologia das classes sócio-econômicas da América Latina.

Isto não significa que não exista estratificação social nos Estados Unidos. O "sistema de classes liberal", como foi denominado, sem qualquer limite claro e bem definido entre as classes, talvez resulte em maior intensificação da estratificação do que acontece nas sociedades de classes sócio-econômicas mais claramente definidas. Cada família, cada indivíduo, luta por uma posição social e econômica. Os estudos de comunidades norte-americanas demonstraram que os indivíduos são extremamente sensíveis à posição social relativa, muito embora neguem a existência de qualquer sistema de discriminação social (10). Certamente ainda existem em algumas comunidades dos Estados Unidos, remanescentes de uma elite, como os "Boston Brahmins" ou os "Tidewater Aristocrats" da Virginia. Representam êles, porém, pequenos segmentos de todo o universo social. A maioria dos americanos do norte afirmará pertencer à "classe média" ou, na expressão da gente de Plainville, Estados Unidos da América: "gente normal, trabalhadora, boa, honesta e digna" (11). Mesmo nas classes trabalhadoras a maioria dos indivíduos deseja pertencer à "classe média". A completa industrialização produziu uma sociedade na qual a classe média é superior em número às elites sociais e econômicas ou ao proletariado do menos privilegiado.

Assim, no princípio do século 20, o preconceito e

a discriminação raciais constituíam uma séria barreira à educação nos Estados Unidos (12); enquanto na América Latina um enraigado sistema feudal, sócio-econômico e de classes produzia, praticamente, o mesmo resultado. Encarando-se, entretanto, a situação pelo lado positivo, a América Latina, iniciou o século 20 com um conceito de relações entre homens de diversos troncos raciais, do qual o mundo muito tem que aprender; e os Estados Unidos com o seu conceito de uma "sociedade sem classes" também ofereceram um verdadeiro exemplo. Nestes últimos anos, cada região se tem esforçado para superar suas respectivas barreiras à igualdade de oportunidades para todos. Os últimos anos têm testemunhado o desaparecimento gradativo das diferenças feudais de classe em muitas regiões da América Latina, e a discriminação e segregação têm, certamente, melhorado nos Estados Unidos.

Essa tendência sadia pode, talvez, ser mais facilmente notada no campo da educação pública. Na América do Norte, ao fim da escravatura, apenas uma pequena proporção de negros era alfabetizada. (13) Em 1900, os negros possuíam o mais baixo nível de educação de todos os grupos dos Estados Unidos. As raras escolas que lhes eram destinadas no Sul eram pobres e inadequadas. Somente através da migração para o Norte puderam os negros encontrar oportunidades de educação semelhantes às que se ofereciam aos brancos e mesmo assim estavam sujeitos a se isolarem em bairros residenciais extremamente segregados, como o de Harlem, onde as escolas eram mais superlotadas e geralmente inferiores às dos demais bairros da cidade. As oportunidades educacionais oferecidas aos negros, especialmente no Sul dos Estados Unidos, são ainda hoje inferiores às proporcionadas aos brancos, entretanto, nas duas últimas décadas tem-se verificado um rápido progresso. Instituições particulares e organizações públicas têm oferecido melhores oportunidades educacionais aos negros, e a expansão de universidades famosas, como as de Howard, Fisk, Atlanta, Dillard e outras a êles destinadas é uma prova do melhoramento das oportunidades de educação oferecidas aos negros bem como da existência, entre êles, de um grupo

educado. Além disso, a crescente migração dos negros para o norte do país onde freqüentam livremente as escolas primárias, secundárias e as universidades em que não há segregação, tem aumentado notavelmente o padrão educacional da raça negra nos Estados Unidos. A segregação racial, entretanto, continua a constituir uma séria barreira às oportunidades educacionais para uma grande parte da população americana.

Verdadeiro progresso, entretanto, tem sido alcançado no combate ao sistema de discriminação racial na educação. Em primeiro lugar, de acôrdo com a regra "separado, porém, igual", decorrente de uma decisão da Côrte Suprema em fins do século 19, os negros ganharam uma série de casos relativos ao seu direito de freqüentar as universidades públicas do Sul. "Como resultado... existem atualmente no sul do país milhares de negros que freqüentam instituições de ensino superior, sem segregação racial, custeadas pelo Estado, quando, há mais ou menos dez anos atrás, não havia uma só" (14). E quando os negros valeram-se de seus direitos civis e cursaram essas universidades não se registraram "tumultos" ou mesmo os conflitos previstos pelos que advogam a segregação. De um modo geral, as relações entre os estudantes negros e os brancos foram, pelo contrário, pacíficas e sem sombra de rixas. O desaparecimento gradativo da segregação na educação não está sendo acompanhada de violência e derramamento de sangue, como o tinham certos segmentos da população. E, finalmente, a recente decisão da Côrte Suprema, que declarou inconstitucional a segregação racial nas escolas de todos os níveis de ensino, foi um grande passo na obra de destruição das barreiras raciais à educação nos Estados Unidos. Diversas cidades, e mesmo estados inteiros, onde a segregação imperava nas escolas, já se movimentaram no sentido de estabelecer sistemas de escolas sem segregação (o Distrito Federal é um dos principais exemplos). Nos últimos vinte anos os Estados Unidos têm feito grande progresso no sentido de destruir essa tremenda barreira à realização do ideal americano de igual oportunidade para todos. (15).

Os efeitos do sistema latino americano sócio-econômico de classes sobre o nível da educação de seu povo, e como uma barreira à igualdade de oportunidades de educação, já são mais difíceis de se julgar. As estatísticas de alfabetização e freqüência escolar não são nunca fornecidas por categorias de classes sócio-econômicas. Em vez disso, o nível de educação do indivíduo é que constitui um dos fatores pelos quais ele é classificado em uma ou outra classe social. Entretanto, o alto grau de analfabetismo da população da maioria das nações latino americanas no princípio deste século (e mesmo hoje) é uma prova de que a massa do povo não teve acesso às facilidades educacionais. Sabe-se perfeitamente que as classes mais baixas - em que as pessoas executam trabalho braçal - eram essencialmente analfabetas e que os filhos e filhas dos senhores de terra e dos que abraçaram carreiras profissionais podiam adquirir, geralmente com seus próprios recursos, educação primária, secundária e mesmo universitária. As universidades foram criadas na América Latina, mais cedo ainda do que na Anglo-América, entretanto, até muito recentemente, assim como as escolas secundárias, serviram, sobretudo, aos membros de uma classe econômica social e politicamente dominante. A freqüência dessas escolas nunca foi vedada às outras classes, porém os filhos e filhas de um peão indígena ou de um escravo negro recém-libertado raramente podiam preencher os requisitos de admissão ou encontrar o tempo livre, em meio às atividades com que ganhavam o seu sustento, que o estudo superior requeria. Assim como nos Estados Unidos raro era o indivíduo da casta negra que conseguia vencer a barreira racial e adquirir educação superior, também na América Latina foram poucos os que puderam romper as barreiras sociais e econômicas que os afastaram do ensino superior.

Recentemente, entretanto, grande progresso foi alcançado em muitas nações latino americanas, no sentido de estender as facilidades educacionais às camadas sociais e econômicas mais baixas. A expansão dos transportes, da agricultura moderna, da indústria e do comércio, melhorou as condições econômi -

cas de uma grande parte da população de várias regiões. E é quase um truismo afirmar-se que uma vez conquistada a "Libertação da Necessidade" o povo quer também o "Direito à Educação". Nos países como o México, onde os índios são numerosos, tem havido grande preocupação em se estender as facilidades educacionais a essa parcela da população que, até aqui, vivera à margem da principal artéria da vida nacional. Durante as duas últimas décadas, nos países, como o Brasil, onde a população cresce vertiginosamente, e as transformações econômicas se sucedem com rapidez, a necessidade de educação em todos os níveis tem sido muito maior do que as facilidades que se têm oferecido. Conquanto nestes dez anos as escolas tenham aumentado em mais de um terço no Brasil, ainda não correspondem à necessidade. E de ano para ano, um número maior de estudantes, com os necessários requisitos educacionais tenta ingressar nas universidades e nas escolas técnicas e profissionais.

À medida que surge no Brasil uma classe média sócio-econômica, os que nela se integram buscam educação para seus filhos, e a educação, ela própria, vai recrutando novos membros para o grupo. Este tem crescido mais rapidamente do que as facilidades educacionais postas ao seu dispor por governos esclarecidos e organizações particulares. Há falta de elementos com formação adequada para servirem de professores, e a despesa que acarreta o estabelecimento de todo um sistema educacional para um grupo tão numeroso, é enorme. E a medida que vão desaparecendo as velhas divisões de classes, surge também o problema da substituição de um programa e política educacionais que já satisfizeram as exigências de uma elite social e econômica relativamente pequena, por outros que atendam às necessidades da grande massa do povo. A maioria dos educadores brasileiros concorda em que existe uma "crise educacional" no Brasil. Num esforço supremo para proporcionar facilidades educacionais adequadas a uma população crescente e aos que agora já podem mandar seus filhos à escola, e a fim de reformar os programas e diretrizes educacionais de forma a adaptá-los às

condições atuais, o govêrno brasileiro instituiu duas campanhas educacionais dotadas de verbas generosas e com poderes especiais. Uma delas destina-se a pesquisar e melhorar a educação primária e secundária, e a outra a estimular o desenvolvimento da educação superior, contratando-se professôres estrangeiros, concedendo bôlsas de estudos a professôres e estudantes brasileiros para estudarem no estrangeiro, e prestando auxílio financeiro para pesquisas, para o ensino e outras reivindicações das universidades brasileiras. (16) O Brasil é, provàvelmente, um exemplo típico da crise educacional que se verifica atualmente em outros países da América Latina em consequência da melhoria das condições econômicas, da destruição de obstáculos criados pelo sistema sócio-econômico feudal de classes à educação e do crescimento de uma nova classe média.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brazil: An Interpretation (New York, 1945) e The Masters and The Slaves (New York, 1946, traduzido por Samuel Putnam - Casa Grande e Senzala")
2. O termo "casta" tem aqui o sentido que lhe emprestam os sociólogos, para indicar um grupo endogamo e hereditario como as "castas" branca e negra dos Estados Unidos. (c.f. Gunnar Myrdal, An American Dilemma (New York, 1944) e John Dollard, Caste and Class in a Southern Town (New Haven, 1937). As "castas" raciais como as que predominam na America do Norte e como as que surgiram na America Latina colonial não são idênticas às que existem na Índia; talvez seja preferível a expressão "tipo de casta".
3. C.f.T.R. Crevena, ed., Materiales para el Estudio de la Clase en America Latina (Washington, Pan-American Union, 1950), 5 vls. Ainda Ralph Beals, "Social Stratification in Latin America", American Journal of Sociology, vol. LVIII, nº 4 (1953) pp. 329-338.
4. Brazil: An Interpretation, op. cit.
5. New York, 1947
6. Tannenbaum, op. cit. p. 63
7. Veja Maurice Davie, The American Negro (New York, 1949), p. 176. Em Family and Colour in Jamaica (London, 1953), Fernando Henriques escreve: A Cristandade, que podia ter originado o casamento monogamo, não foi bem aceita pelos escravos. Apesar da Lei do Escravo, promulgada pela Jamaica em 1793, estipular que os senhores deveriam proporcionar instrução religiosa para seus escravos e providenciar para que fossem batizados, o estado de coisas não se modificou. Pesava na consciência dos fazendeiros o fato de possuírem escravos cristãos, pg. 26.
8. Myrdal, op. cit., p. 24
9. Cf. W.L. Warner, M. Meeker and K. Fells, Social Class in America (Chicago, 1949).
10. Cf. James West, Plainville, U.S.A. (New York, 1945).
11. Ibid, p. 118.

12. O efeito que a discriminação e o preconceito raciais produziram no Negro foi aqui acentuado devido à sua grande importância para a nação; conquanto em menor proporção e preconceito e a discriminação raciais também afetem outros grupos de "minorias de cor" como os Mexicanos do Sudoeste, os Porto Riquenhos de Nova York, e os Orientais da Costa Ocidental. Do mesmo modo, foi aqui acentuada a questão do acesso à educação pública; mas, naturalmente, tanto a estrutura de classes da América Latina como a discriminação e o preconceito raciais nos Estados Unidos prejudicam outros direitos do homem, como a igualdade de oportunidades econômicas, a expressão política e até mesmo a liberdade de palavra.
13. Myrdal op. cit., p. 887 e as notas ao pé da página
14. Monroe Berger, Racial Equality and the Law (Paris, UNESCO, 1954), p. 30.
15. Veja Harry S. Ashmore, The Negro and the Schools (Chapel Hill, 1954) a respeito de uma discussão recente sobre os antecedentes da educação do negro nos E.U. e os progressos recentes obtidos no combate à segregação.
16. Esses programas são conhecidos, respectivamente, como CILEME, que visa a reforma da educação primária e secundária, e CAPES, órgão responsável pelo desenvolvimento da educação de nível superior. Ambas têm como diretor o educador brasileiro, Dr. Anísio Teixeira.

É proibida a publicação ou transcrição
de todo ou parte deste trabalho.

UNIVERSIDADE DE COLUMBIA DA CIDADE DE NOVA YORK

1754 - Comemoração Bi-centenária - 1954

"Conferência Bi-centenária da Liberdade Responsável
nas Americas" Outubro 25-30-1954

Trabalho elaborado por
CHARLES WAGLEY, sobre

BARREIRAS À EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

Este trabalho foi distribuído, pela Junta do Bi-centenário da Universidade de Columbia, ~~aos~~ convidados a Conferência Bi-centenária Latino Americana, a fim de facilitar a discussão do mesmo. A UNIVERSIDADE DE COLUMBIA reserva-se qualquer direito de publicação.

Traduzido em Outubro de 1955

BARREIRAS À EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

Prof. Charles Wagley

Os povos das Américas descendem de várias nações e pertencem fisicamente a três troncos raciais. Talvez não haja em parte alguma do mundo uma população de origem tão variada. Nos nas nações foram tôdas, sem exceção, antigas colonias de potências europeias e, após conquistarem independência política, estabeleceram-se no Novo Mundo vinte e uma nações que adotaram uma ou outra forma de governo democrático. Através das Américas, temos apregoadado o ideal da igualdade, da dignidade humana, dos direitos inalienáveis de todos os homens à justiça, à liberdade da palavra e de opinião política, à liberdade de culto e religião, à educação e à busca de conhecimentos. Tôdas essas idéias foram expressas na estrutura jurídica das constituições das novas nações, elaboradas no ambiente de entusiasmo e otimismo reinantes nos séculos 18 e 19, e confirmadas pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, assinada em Bogotá em 1948, anteriormente à atuação das Nações Unidas. Esses ideais ^{1995?} constituem, ainda hoje, a motivação de nossa política; entretanto o conceito de igualdade de direitos sociais, econômicos e políticos para todos os homens no Novo Mundo, permanece um ideal apenas em parte realizado. Tôdas as nações lutaram por esse ideal, segundo sua cultura própria e suas tradições históricas; por outro lado, tôdas, por sua vez, encontraram barreiras erguidas por essas mesmas tradições culturais e históricas.

Das diversas formações raciais e culturais dos povos das Américas surgiu um forte impecilho aos ideais de igualdade de oportunidades para todos os homens - o preconceito e a discriminação raciais. Dessa discriminação entre os homens, baseada na sua condição social e econômica ao nascer, originou-se nova barreira - a limitação de oportunidades devido à classe socio-econômica. Essas duas barreiras à liberdade no seu sentido mais amplo, têm-se manifestado, com maior ou menor intensidade e de várias maneiras, nas diversas nações das Américas; constituem, porém, fatores positivos que, desde 1500, vêm entravando a plena realização do ideal americano. Pretendo discutir neste trabalho a maneira pela qual essas barreiras impediram a plena realização

dos direitos inalienáveis de todos os homens à educação e em a busca do saber, o que não constitui senão um importante aspecto do grande ideal americano de democracia social, econômica e política. Adotamos o ponto de vista de que nas nações americanas a que chamamos de América Latina, a classe socio-econômica constituiu um obstáculo mais difícil de se transpôr do que o preconceito e a discriminação raciais, ao passo que na região das Américas que poderíamos chamar de Anglo-Americana, são exatamente o preconceito e a discriminação raciais que oferecem maiores dificuldades. Afirma-se que em grandes regiões da América Latina, as classes feudais mantiveram-se entrancheiradas até o século 20, principalmente por causa da falta de industrialização e da permanência da base econômica, agrária, da sociedade. Na Anglo-América, por outro lado, a grande maioria da classe média - herança do maior impacto da revolução industrial - determinou um tipo diferente de estratificação socio-econômica em que a mobilidade vertical, social e econômica verificou-se mais rapidamente do que na América Latina.

Essa diferença entre as duas Américas decorre da diferença de nossas tradições européias, da divergência de culturas aborígenes que encontramos no Novo Mundo, e do processo histórico, na forma em que evoluiu em nossas diferentes esferas. No século 16, quando os espanhóis, os portugueses, os franceses, os holandeses, e os ingleses chegaram às Américas, encontraram esses continentes habitados por índios americanos, cuja cultura variava da de simples caçadores da Terra do Fogo e do Planalto da Grande Bacia da América do Norte à das complexas civilizações da Meso-América e da América do Sul Andina. Nestas últimas regiões, onde era densa a população, o europeu pôde explorar o trabalho de milhões de índios. Nas regiões americanas de população relativamente esparsa, os índios foram rapidamente dizimados e até mesmo exterminados pelas epidemias importadas, pela guerra e pela escravidão. Em consequência, nessas regiões, os europeus buscaram alhures os braços de que necessitavam no Novo Mundo - ou, como aconteceu nas colônias inglesas do Norte, trabalhavam para si próprios. Todas as potências européias que possuíam colônias no Novo Mundo, e, mais tarde, as próprias nações americanas, foram culpadas do tráfico de escravos que trouxe para as Américas milhões de negros da África Ocidental para trabalharem nas plantações, nas minas, e nas próprias casas dos colonizadores europeus.

Dessas diferenças da população aborígeme e do tráfico de escravos resultaram as diferenças regionais na composição ~~da~~ ^{da} *racial* da população do Novo Mundo. De certo modo surgiram três "Américas": a Indo-América, onde uma minoria de europeus dominou u ma multidão de índios; a Afro-América, em que os europeus eram frequentemente menos numerosos do que seus escravos negros; e a Euro-América, onde o índio desapareceu (muito embora deixasse certa herança cultural e genética). Os escravos negros eram poucos, e os europeus predominavam tanto em número como em contribuição cultural.

Pode-se acrescentar que as diferenças das culturas européias introduzidas nas Américas contribuíram para a formação de barreiras diversas, à realização do nosso ideal americano. A América Latina tem uma formação essencialmente ibérica e uma tradição fundamentalmente católica. A Anglo-América é de tradiçãõ norte-européia e predominantemente protestante. A Europa Setentrional foi o teatro da Reforma e o bérço da burguesia; nos séculos 17 e 18 o nóvel capitalismo concentrou-se na Europa Ocidental. Os países ibéricos foram mais conservadores - mantiveram a tradicional estrutura feudal de classes, e o Catolicismo sobreviveu como poder religioso e secular. Em lugar de presenciarem uma revolta protestante, a Espanha e Portugal foram ^o teatro da Inquisição. E, por volta do século 16, os povos ibéricos já se haviam acostumado a pessoas de diferentes culturas e de tipos ra ciais diversos; tanto os espanhóis como os portugueses não só lutaram durante séculos com os Mouros como também com eles viveram e apreenderam. Essa experiência, como assinala Gilberto Freyre, (1) impediu que os portugueses do Brasil olhassem com desprezo as pessoas de pele escura, e contribuiu para o moderno conceito latino americano de igualdade humana.

Tendo por base tradições européias distintas e encontrando culturas aborígenes diversas, as duas esféras das Américas desenvolveram-se, no Novo Mundo, de maneira diferente. As sociedades coloniais da América Latina, foram, desde o início, sociedades de casta (2). Surgiram da dominação do índio e do negro pelas minorias européias. Entretanto, a ~~mis~~ ^{mis} ~~gên~~ ^{gên} ~~ação~~ ^{ação} quase imediata entre indivíduos das duas "castas" produziu nas colônias ibéricas grupos de mulatos e mestiços que ocuparam uma posição social intermêdiária entre os senhores europeus e os servos indígenas ou escravos negros. No Brasil, os portugueses acharam atraentes as

mulheres indígenas e dessas uniões surgiram os mamelucos que tanta importância tiveram nas primitivas éras coloniais brasileiras. Mais tarde, a classe cada vez mais numerosa dos mulatos foi uma prova da atração que as escravas exerciam sobre os seus senhores europeus. Nas colônias espanholas, o processo agora conhecido como mestiçagem - isto é, união entre europeus e índios - foi quase instantâneo; Martins Cortez, o filho de Cortez com sua concubina indígena, a famosa "Malinche" ou "Doña Marina" foi um dos primeiros exemplos de um processo muito generalizado. Esses mulatos, mamelucos, mestiços ou fosse qual fosse o termo por que eram localmente designados, geralmente se identificavam com a "casta" européia dominante; eram, porém, por sua vez, considerados inferiores aos europeus natos e aos colonizadores nascidos na Europa. Pouco a pouco, à medida em que novos grupos surgiam na sociedade da América Latina, as "castas" originais, que a princípio eram raciais, (i.e. de composição caucasóide-européia e indo-negra), transformaram-se em duas classes sociais constituídas, de um lado, pelos proprietários rurais descendentes dos colonizadores europeus e, de outro, pelos aborígenes e os trabalhadores escravos.

De um modo geral, esse sistema de classes latino-americano não se baseou apenas na raça física. Em quase todos os países da América Latina houve no passado - e existem hoje - indivíduos, pertencentes às mais altas camadas econômicas e sociais, que possuem antepassados índios ou negros. Mesmo assim não se pode dizer que a raça não tenha constituído um fator determinante na formação de classes; na sociedade colonial o índio e o negro, formaram a camada social mais baixa. E ainda hoje as características físicas do índio e do negro continuam a representar símbolos de descendência de escravos e peões. Na América Latina, porém, a aparência racial foi apenas um dos fatores que asseguravam ao indivíduo sua participação em uma classe socio-econômica - a educação, a renda, a ocupação e as relações de família tiveram igual importância. Inúmeros são os casos que se podem citar de mestiços ou mulatos que se elevaram a altas posições na América Latina devido à educação superior, a grandes rendas, e mesmo a relações de família, através de seus pais europeus. Grupos inteiros de descendentes de índios e negros subiram na escala social através do aprimoramento da educação. Pode-se dizer, portanto, que na sociedade latino-americana, a raça física nunca constituiu uma barreira intransponível para o progresso econômico e social.

Tôda vez que pessoas de descendência não caucasóide subiram na escala social, transferiram-se para uma classe mais alta, constituída, predominantemente, por brancos de descendência européia - não galgaram simplesmente um degráu dentro de uma "casta" de pessoas de côr.

Na América Latina, porém, as classes socio-econômicas têm resistido à mudança e, em muitos de seus países ainda hoje persiste um sistema de classes feudal que pouco difere dos tempos coloniais. No século 19 a maioria dos países da América Latina eram dominados por um pequeno grupo aristocrático de proprietários rurais que controlavam o govêrno e a vida econômica do país. Essa "gente de bôa família" formava um grupo fechado de pessoas que se casavam entre si e lutavam pelo poderio político e econômico. Como já foi dito acima, eram, em grande parte, descendentes de europeus enquanto "o povo" era constituído, em maior ou menor gráu, de uma inter-mestiçagem de antepassados índios e negros. De maneira geral, a classe média na América Latina custou a constituir-se.³ Aquêles que, apesar de sua ^{cu} descendência racial, conseguiram elevar-se à classe aristocrática foram cedo assimilados, através do casamento e da ~~su~~ auto-identificação, pelas ideologias da classe dominante. Todavia, a mobilidade vertical tem sido difícil. Os índios e negros, por serem pobres, não têm podido mandar seus filhos à escola, mesmo quando existem escolas públicas e a classe alta dominante, raramente reconheceu, no passado, a necessidade de fornecer escolas às massas populares. Sem educação, o povo da classe mais baixa continua a executar trabalhos braçais que, na América Latina sempre foi trabalho de escravos e peões e que continuava a constituir um símbolo de baixa posição social. O trabalho braçal tem sido mal remunerado, e dêste modo, o povo continua pobre e sem acesso à educação. Embora ideológica e teóricamente a possibilidade de mobilidade vertical, social e econômica se tenha estendido a todos, sem distinção de côr, a rigidez do sistema de classes da América Latina tem, na realidade, negado, à maior parte da população latino americana, a oportunidade de evolução educacional e econômica. A discriminação baseada nas diferenças de classe socio-econômicas contribuiu em quase tôda a América Latina, para impedir a realização do ideal americano.

Na Anglo-América, principalmente nos Estados Unidos, o processo de diferenciação socio-econômica dos indivíduos foi di-

ferente. Como aconteceu nas planícies da América do Sul e nas Antilhas, a população aborígine era relativamente esparsa em comparação com a dos países de regiões montanhosas. Os índios americanos não eram bastante numerosos para fornecerem mão de obra regular e eficiente. Cedo foram exterminados ou expulsos para as regiões mais inacessíveis do país. No sul do que hoje constitui os Estados Unidos, importaram-se africanos para trabalhar nas fazendas. Gilberto Freire salientou a semelhança do modo de vida que se desenvolveu nas fazendas da América do Sul com o das fazendas do Norte do Brasil. (4) O sistema de fazendas, tal como se desenvolveu no Novo Mundo criou semelhanças que, nos séculos 17 e 18 uniram as Américas. Mas, como demonstrou Frank Tannenbaum em seu brilhante livro "^{and} Slave or Citizen": The Negro in the Americas" (Escravo ou Cidadão: O Negro das Américas) (5), houve uma diferença real entre o conceito de escravidão da Anglo-América e o da América Latina. Nesta última, segundo êle salienta, o escravo tinha um estado cívil, decorrente talvez dos antigos padrões de escravidão das culturas mediterrâneas, que lhe dava perante a lei uma situação de homem e lhe garantia o direito legal de manumissão. Além disso, nesses países católicos, a igreja pregava que "... o escravo e o patrão são iguais aos olhos de Deus. Sejam quais fossem as relações formais entre escravo e patrão, devem êles reconhecer suas relações um para com o outro como as criaturas humanas morais, irmãs em Cristo". (6) A igreja católica insistia com os senhores para que ensinassem a seus escravos a doutrina cristã, para que os conduzissem à igreja para receberem a comunhão, e às vezes também, para que os batizassem antes de os embarcarem nos navios de escravos procedentes da África. Por outro lado, nas Índias Ocidentais e nos Estados Unidos, houve países protestantes, ^{porém} resistência à tentativa de cristianização dos escravos, bem como antagonismo entre os senhores de escravos pelas atividades dos missionários catequistas, de medo que sua conversão prejudicasse os direitos do senhor sobre seus escravos. 7 Além disso, o negro, como escravo, não tinha direitos civis; na Anglo-América êle se parecia mais com uma parte da propriedade que se comprava ou vendia, e de que o dono dispunha sem qualquer interferência da igreja ou do estado.

Na América Latina, a escravidão terminou pacificamente. Naquele tempo, inúmeros mulatos e negros libertos já participavam

da vida nacional. Na América do Norte, o fim da escravidão, porém, foi desastroso, violento e repentino, e seguido pelos nefastos processos da R^{ta} construção, no Sul. Na Anglo-América não existia qualquer mecanismo legal que permitisse ao escravo ocupar seu lugar de cidadão, e se integrar em uma sociedade nacional. O resultado foi, como todos sabemos, a criação de uma sociedade ^{duas} ou sistema ^{de} "castas" ^{semelhante ao}. Entre as duas castas isto é, a dos brancos e a dos descendentes de negros, o casamento é proibido pelo costume e, em muitos estados, por lei. Principalmente no sul dos Estados Unidos e, em menor escala, na parte setentrional do país e nas possessões britânicas, a segregação das duas castas de brancos e negros, nas escolas, nos transportes públicos, nas moradias e em outros aspectos da vida normal, tornou-se a regra e até mesmo lei. Poucas pessoas conseguem ou desejam transferir-se da casta dos negros para a casta "superior" dos brancos e quando o fazem é de forma sorradeira.

Na Anglo-América todavia, ofereceu-se aos membros das duas castas a oportunidade de melhorar seu padrão educacional. As oportunidades e facilidades de educação que se ofereceram à casta dos negros, foram, naturalmente inferiores às oferecidas à casta "superior" dos brancos. Ainda assim, um grande número de negros conseguiu melhorar sua situação educacional, social e material.

Paradoxalmente, talvez um maior número de pessoas de cor tenha tido oportunidade de adquirir educação superior nos Estados Unidos do que na América Latina e, se se dispusesse de estatísticas estas revelariam um índice mais elevado de alfabetização entre os negros dos Estados Unidos do que entre os do Brasil. Contudo, quando os negros ou os descendentes de negros melhoram seu padrão educacional e se elevam a uma alta posição social e econômica nos Estados Unidos, fazem-no dentro da própria sociedade ou casta negra. Nos Estados Unidos, a raça ~~é~~ não é uma barreira intransponível às oportunidades de educação, porém uma sólida barreira à ascensão à casta branca dominante; e as facilidades de educação oferecidas à casta negra têm sido sempre em menor número e de qualidade inferior às que se concedem aos brancos.

Apesar desse sistema racial, a Anglo-América criou um sistema de classes socio-econômico mais maleável do que a América-

Latina. Nos Estados Unidos tem sido frequente e relativamente fácil a mobilidade vertical, social e econômica. Parelalamente a seu sistema racial de castas, os Estados Unidos têm alimentado o ideal de que "todos os homens são iguais" e fez da história da "Cabana de Madeira para a Casa Branca", que sugere a extensão de oportunidades iguais para todos, apesar das diferenças de posição social e econômica, um mito nacional. Este paradoxo foi denominado por Gunnar Myrdal, em sua brilhante análise das relações raciais nos Estados Unidos, o "Dilema Americano". Nesse livro diz ele: "O negro da América (i.e. dos Estados Unidos) não possui os direitos civis e políticos elementares da democracia formal, inclusive uma oportunidade mínima para ganhar a vida, sobre a qual já se chegou a um acordo geral na época em que primeiro tomou forma o Credo Americano. Esse anacronismo constitui o problema atual tanto de brancos como de negros" (8).

Esse sistema racial de castas torna-se ainda mais anacrônico quando se considera que os Estados Unidos, em comparação com a maioria das nações da América Latina, é hoje uma sociedade de classes socio-econômicas vagamente definidas. Os cientistas sociais têm lutado para conseguir delinear e definir a hierarquia das classes sociais e econômicas nos Estados Unidos. A tentativa mais audaciosa, empreendida por M. Lloyd Warner e seus associados, advoga um sistema europeu tradicional de classes: baixa, média e alta - cada qual subdividida por sua vez em classe mais baixa e mais alta. É verdade que uma vez esclarecidas sobre os critérios utilizados pelos cientistas sociais para estabelecer esse "sistema de classes", podem as pessoas se classificar e classificar os demais na dita categoria; esse sistema, entretanto, é artificial - um artifício do cientista social imposto a uma sociedade para fins de análises de estratificação social e econômica. As classes socio-econômicas da América do Norte não têm as bases legais, tradicionais de cultura e ideologia das classes socio-econômicas da América Latina.

Isto não significa que não exista estratificação social nos Estados Unidos. O "sistema de classes liberal", como foi denominado, sem qualquer limite claro e bem definido entre as classes, talvez resulte em maior intensificação da estratificação do que acontece nas sociedades de classes socio-econômicas mais claramente definidas. Cada família, cada indivíduo, luta por uma

posição social e econômica. Os estudos de comunidades norte-americanas demonstraram que os indivíduos são extremamente sensíveis à posição social relativa, muito embora neguem a existência de qualquer sistema de discriminação social.¹⁰ Certamente ainda existem em algumas comunidades dos Estados Unidos, remanescentes de uma elite, como os "Boston Brahmins" ou os "Tidewater Aristocrats" da Virginia. Representam eles, porém, pequenos segmentos de todo o universo social. A maioria dos americanos do norte afirmará pertencer à "classe média" ou, na expressão da gente de Plainville, Estados Unidos da América: "gente normal, trabalhadora, boa, honesta e digna" (11). Mesmo nas classes trabalhadoras a maioria dos indivíduos deseja pertencer à "classe média". A completa industrialização produziu uma sociedade na qual a classe média é superior em número às elites sociais e econômicas ou ao proletariado menos privilegiado.

Assim, no princípio do século 20, o preconceito e a discriminação raciais constituíam uma séria barreira à educação nos Estados Unidos (12); enquanto que na América Latina ^{em} enraigado sistema feudal, socio-econômico, de classes, produzia, praticamente o mesmo resultado. Encarando-se, entretanto, a situação pelo lado positivo, a América Latina, iniciou o século 20 com um conceito de relações entre homens de diversos troncos raciais, do qual o mundo muito tem que aprender; e os Estados Unidos com o seu conceito de uma "sociedade sem classes" também ofereceram um verdadeiro exemplo. Nestes últimos anos, cada região se tem esforçado para superar suas respectivas barreiras à igualdade de oportunidades para todos. Os últimos anos têm testemunhado e desaparecimento gradativo das diferenças feudais de classe em muitas regiões da América Latina, e a discriminação e segregação têm, certamente, melhorado nos Estados Unidos.

Essa tendência sadia pode, talvez, ser mais facilmente notada no campo da educação pública. Na América do Norte, ao fim da escravatura, apenas uma pequena proporção de negros ^{na América do Norte} ^{era alfabetizada} (13). Em 1900 os negros possuíam o mais baixo nível de educação de todos os grupos dos Estados Unidos. As raras escolas que lhes eram destinadas no Sul eram pobres e inadequadas. Somente através da migração para o Norte puderam os negros encontrar oportunidades de educação semelhantes às que se ofereciam aos brancos e mesmo assim estavam sujeitos a se isolarem em bairros residenciais extremamente segre-

gados, como o de Harlem, onde as escolas eram mais superlotadas e geralmente inferiores às dos demais bairros da mesma cidade. As oportunidades educacionais oferecidas aos negros, especialmente no Sul dos Estados Unidos, são ainda hoje inferiores às proporcionadas aos brancos, entretanto, nas duas últimas décadas têm-se verificado um rápido ^{progresso} ~~desenvolvimento~~. Instituições particulares e organizações públicas têm oferecido melhores oportunidades educacionais aos negros, e a expansão de universidades famosas, como as de Howard, Fisk, Atlanta, Dillard e outras a êles destinadas, é uma prova do melhoramento das oportunidades de educação oferecidas aos negros bem como da existência, entre êles, de um grupo educado. Além disso, a crescente migração dos negros para o norte do país onde frequentam livremente as escolas primárias, secundárias e as universidades em que não há segregação, tem aumentado notavelmente o padrão educacional da raça negra nos Estados Unidos. A segregação racial, entretanto, continua a constituir uma séria barreira às oportunidades educacionais para uma grande parte da população americana.

Verdadeiro progresso, entretanto, tem sido alcançado no combate ao sistema de discriminação racial na educação. Em primeiro lugar, de acôrdo com a regra "separados, porém, igual", de correntz de uma decisão da Côrte Suprema em fins do século 19, os negros ganharam uma série de casos relativos ao seu direito de frequentar as universidades públicas do Sul. "Como resultado... existem atualmente no sul do país milhares de negros que frequentam instituições de ensino superior, sem segregação racial, custeadas pelo Estado, quando, há mais du menos dez anos atrás, não havia um só" (14). E quando os negros ^{valeram-se de} ~~usaram~~ seus direitos civis e cursaram essas universidades ^{nao} se registraram "tumultos" ou mesmo os conflitos previstos pelos que advogavam a segregação. De um modo geral, as relações entre os estudantes negros e os brancos foram, pelo contrário, pacíficas e sem sombra de rixas. O desaparecimento gradativo da segregação na educação não está sendo acompanhada de violência e derramamento de sangue, como o temiam certos segmentos da população. E, finalmente, a recente decisão da Côrte Suprema, que declarou inconstitucional a segregação racial nas escolas de todos os níveis de ensino, foi um grande passo na obra de destruição das barreiras raciais à educação nos Estados Unidos. Diversas cidades, e mesmo estados inteiros, onde a segregação imperava nas escolas, já se movimentaram no sen

tido de estabelecer sistemas de escolas sem segregação (O Distrito Federal é um dos principais exemplos). Nos últimos vinte anos os Estados Unidos têm feito grande progresso no sentido de destruir essa tremenda barreira à realização do ideal americano de igual oportunidade para todos. (15).

Os efeitos do sistema ~~latino~~ latino americano socio-econômico de classes sôbre o nível da educação de seu povo, e como uma barreira à igualdade de oportunidades de educação, já são mais difíceis de se julgar. As estatísticas de alfabetização e frequência escolar não são nunca fornecidas por categorias de classes sócio-econômicas. Em vez disso, o nível de educação do indivíduo é que constitui um dos fatores pelos quais ele é classificado em uma ou outra classe social. Entretanto, o alto grau de analfabetização da população da maioria das nações latino-americanas no princípio deste século (e mesmo hoje) é uma prova de que a massa do povo não teve acesso às facilidades educacionais. Sabe-se perfeitamente que as classes mais baixas - em que as pessoas executam trabalho braçal - eram essencialmente analfabetas e que os filhos e filhas dos senhores de terra e dos que abraçaram carreiras profissionais podiam adquirir, geralmente com seus próprios recursos, educação primária, secundária e mesmo universitária. As universidades foram criadas na América Latina, mais cedo ainda do que na Anglo-América, entretanto, até muito recentemente, assim como nas escolas secundárias, serviram, sobretudo, aos membros de uma classe econômica social e politicamente dominante. A frequência dessas escolas nunca foi vedada às outras classes, porém os filhos e filhas de uma peão indígena ou de um escravo negro recém-libertado raramente podiam preencher os requisitos de admissão ou encontrar o tempo livre, em meio às atividades com que ganhavam o seu sustento, que o estudo superior requeria. Assim como nos Estados Unidos, raro era o indivíduo da casta negra que conseguia vencer a barreira racial e adquirir educação superior, também na América Latina foram poucos os que puderam romper as barreiras sociais e econômicas que os afastaram do ensino superior.

Recentemente, entretanto, grande progresso foi alcançado em muitas nações latino americanas, no sentido de estender as facilidades educacionais às camadas sociais e econômicas mais baixas. A expansão dos transportes, da agricultura moderna, da

indústria e do comércio, melhorou as condições econômicas de uma grande parte da população de várias regiões. E é quase um truismo afirmar-se que uma vez conquistada a "Libertação da Necessidade" o povo quer também o "Direito à Educação". Nos países como o México, onde os índios são numerosos, tem havido grande preocupação em se estender as facilidades educacionais a essa parcela da população que, até aqui, vivera, à margem da principal artéria da vida nacional. Durante as duas últimas décadas, nos países, como o Brasil, onde a população cresce vertiginosamente, e as transformações econômicas se sucedem com rapidez, a necessidade de educação em todos os níveis, tem sido muito maior do que as facilidades que se têm oferecido. Conquanto nestes dez anos as escolas tenham aumentado em mais de um terço no Brasil, ainda não correspondem à necessidade. E de ano para ano, um número maior de estudantes, com os necessários requisitos educacionais tenta ingressar nas universidades e nas escolas técnicas e profissionais.

À medida em que surge no Brasil uma classe média socio-econômica, seus membros buscam educação para seus filhos, e a própria educação implica no recrutamento de novos membros para essa classe média. Esta tem aumentado mais rapidamente do que a capacidade de um governo esclarecido e mesmo de organizações particulares para promoverem facilidades educacionais; há falta de pessoas com educação apropriada para servirem de professores, e é tremenda a despesa que acarreta o estabelecimento de todo o sistema de educação para um grupo tão numeroso. E à medida em que vão desaparecendo as velhas divisões de classes surge também o problema de se substituir um programa e uma política educacionais que já satisfizeram as exigências de uma elite social e econômica relativamente diminuta, por outro que atenda às necessidades da grande massa do povo. A maioria dos educadores brasileiros concorda em que existe uma "crise educacional" no Brasil. Num supremo esforço para proporcionar facilidades educacionais adequadas a uma população crescente e para os que não podem mandar seus filhos à escola, e a fim de reformar os programas e as políticas educacionais de maneira a adapta-los às condições atuais, o governo brasileiro instituiu duas campanhas educacionais dotadas de verba generosa e poderes especiais. Uma delas destina-se a pesquisar e melhorar a educação primária e secundária, e a outra a estimular o desenvolvimento da educação superior, contratando-se

professôres estrangeiros, concedendo bolsas de estudos a professores e estudantes brasileiros para estudarem no estrangeiro, e prestando auxílio financeiro para pesquisas para o ensino e outras reivindicações das universidades brasileiras. (16) O Brasil é, provavelmente, um exemplo típico da crise educacional que se verifica atualmente em outros países da América Latina em consequência da melhoria das condições econômicas, da destruição de obstáculos criados pelo sistema socio-econômico feudal de classes, à educação e do crescimento de uma nova classe média.

Entretanto, nem a América Latina, nem a Anglo-América, até meados do século 20, conseguiram vencer essas barreiras que lhes foram historicamente legadas e que se antepõem à igualdade de oportunidades para todos os homens e a um dos direitos humanos que lhes são mais essenciais, isto é, o direito à educação e ao acesso à instrução. O último Relatório Preliminar Sobre a Situação Social Universal, publicado pelas Nações Unidas em 1952, apresenta toda a América Latina como uma das regiões do mundo que possui o maior índice de analfabetismo; e ainda em 1954, o Sul dos Estados Unidos era, talvez, uma das poucas regiões da terra onde ainda persistia a segregação racial. Esta é a realidade americana que precisamos enfrentar e que cada um de nós, de acordo com suas tradições próprias, deve procurar melhorar, a fim de que o ideal americano possa tornar-se uma realidade em todas as nossas nações. Se não acelerarmos, por meios democráticos, o ritmo de nossos esforços para vencer essas duas barreiras, tornar-nos-emos cada vez mais vulneráveis às ideologias totalitárias que ameaçam destruí-las pela força. Devemos todos zelar, também, pelos valores positivos de nossos sistemas sociais. A América Latina deve tomar todas as precauções para preservar sua "democracia racial" e a América do Norte não deve permitir que se formem novas divisões sociais de classe. Todos nós temos muitos valores positivos para aprendermos um com os outros.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brazil : An Interpretation (New York, 1945) e The Masters and The Slaves (New York, 1946, traduzido por Samuel Putnam - "Casa Grande e Senzala").
2. O termo "casta" tem aqui o sentido que lhe emprestam os sociólogos, para indicar um grupo endogamo e hereditario como as "castas" branca e negra dos Estados Unidos. (c.f. Gunnar Myrdal, An American Dilemma (New York, 1944) e John Dollard, Caste and Class in a Southern Town (New Haven, 1937). As "castas" raciais como as que predominam na America do Norte e como as que surgiram na America Latina colonial não são idénticas as que existem na India; talvez seja preferível a expressão "tipo de casta".
3. C.f. T.R. Crevena, ed., Materiales para el Estudio de la Clase en America Latina (Washington, Pan-American Union, 1950), 5 vls. Ainda Ralph Beals, "Social Stratification in Latin America", American Journal of Sociology, Vol. LVIII, nº 4 (1953) pp.329-338.
4. Brazil: An Interpretation, op.cit.
5. New York, 1947
6. Tannenbaum, op.cit. p. 63
7. Veja Maurice Davie, The American Negro (New York, 1949), p.176 In Family and Colour in Jamaica (London, 1953), Fernando Henriques escreve: A Cristandade, que podia ter originado o casamento monogamo, não foi bem aceita pelos escravos. Apesar da Lei de Escravo, promulgada pela Jamaica em 1793, estipular que o senhores deveriam proporcionar para que fossem batizados, o estado de coisas não se modificou. Pesava na consciencia dos fazendeiros o fato de possuirem escravos cristãos, pg. 26).
8. Myrdal, op.cit., p. 24
9. C.F.W.L. Warner, M. Wecker and K. Fells, Social Class in America (Chicago), 1949
10. C.F. James West, Plainville, U.S.A. (New York, 1945).
11. Ibid, p. 118.
12. O efeito que a discriminação e o preconceito raciais produziram no Negro foi aqui acentuada devido a sua grande importancia para a nação; conquanto, em menor proporção/preconceito e a discriminação raciais também afetam outros grupos de "minorias de cor" como os Mexicanos do Sudoeste, os Porto Riquenhos de Nova York, e os Orientais da Costa Ocidental. Do mesmo modo, foi aqui acentuada a questão do acesso a educação publica; mas, naturalmente, tanto a estrutura de classes da America Latina como a discriminação e o preconceito raciais nos Estados Unidos prejudicam outros direitos do homem, como a igualdade de oportunidades económicas, a expressão politica, e até mesmo a liberdade de palavra.
13. Myrdal op. cit., p. 887 e as notas ao pé da pagina
14. Monroe Berger, Racial Equality and the Law (Paris, UNESCO, 1954), p.30.
15. Veja Harry S. Ashmore, The Negro and the Schools (Chapel Hill, 1954) a respeito de uma discussao recente sobre os antecedentes da educação do negro nos E.U. e os progressos recentes obtidos no combate a segregação.
16. Esses programas são conhecidos, respectivamente, como CILEME, que visa a reforma da educação primaria e secundaria, e CAPES, órgão responsável pelo desenvolvimento da educação de nível superior. Ambas tem como diretor o educador brasileiro, Dr. Anísio Teixeira

instrução religiosa
para seus escravos
e providenciar